

**PUBLICAÇÃO DE ATO – JULGAMENTO****ACÓRDÃO Nº 31.026, DE 14/09/2017**

Processo nº 410012013-00

Município: Magalhães Barata

Órgão: Prefeitura Municipal – Exercício 2013

Assunto: Prestação De Contas De Gestão

Responsável: Raimundo Faro-Bittencourt

Contador: Maria Do Socorro Pinto Alves Batista

Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros

Relator: Conselheiro Cezar Colares

**EMENTA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA. Prestação de Contas de Gestão. Exercício 2013. Remessa Intempestiva do PPA (2014/2017), LOA, Balanço Geral, da prestação de contas do 1º quadrimestre, do RGF 1º quadrimestre. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. Multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em:

I- APROVAR com RESSALVAS as contas de Gestão da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. RAIMUNDO FARO BITTENCOURT, impondo-se as ressalvas, face a remessa intempestiva do PPA (2014/2017), LOA, Balanço Geral, da prestação de contas do 1º quadrimestre e do RGF 1º quadrimestre.

II- MULTAR o ordenador de despesas com recolhimento ao FUMREAP/TCM (Lei Nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do §1º do art. 278 do RI/TCM-PA, no valor de:

- 500 (quinhentos) UPFPA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, que equivale a R\$ 1.618,20 (um mil, seiscentos e dezoito reais e vinte centavos), pela remessa intempestiva do PPA (2014/2017), LOA, Balanço Geral, da prestação de contas do 1º quadrimestre e do RGF 1º quadrimestre, nos termos do art. 284, I, do RI/TCM/PA.

III – IMPOR ao responsável, em caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, as penalidades previstas no art. 303 do RI-TCM/PA: I – multa de mora de 0,10% (dez centésimos por cento) do valor da multa por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); II – correção monetária do seu valor, calculada, desde a data

em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF/PA; e III – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.

IV- EXPEDIR o Alvará de quitação em nome do responsável, pelas despesas ordenadas, no valor de R\$ 22.108.452,81 (vinte e dois milhões, cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos), onde se inclui R\$ 1.022,00 (um mil e vinte e dois reais) em caixa e R\$ 60.344,65 (sessenta mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) em bancos, de saldo para o exercício seguinte, condicionado à comprovação do recolhimento da multa do item II.

**Protocolo: 11799****PUBLICAÇÃO DE ATO – ADMINISTRATIVO****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 37/2017/TCM-PA**

**EMENTA:** Inspeção Extraordinária do Instituto de Previdência de Portel. Exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre).

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,

**CONSIDERANDO** que a Inspeção é um instrumento de fiscalização utilizado pelo TCM-PA para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade de Atos específicos praticados pelos agentes Públicos (gestores de RPPS[i]), Chefes do Poder Executivo e autoridades Administrativas), além da apuração da responsabilização por condutas comissivas ou omissivas danosas ao erário;

**CONSIDERANDO** ainda que as Inspeções Extraordinárias são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração dos fatos dados como justificadores de sua efetivação, venho, nos termos do Inciso II do Art. 67 do RI/TCM-PA, apresentar “Proposta de deliberação” para realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS dos Municípios de Portel, nos termos e condições da proposta detalhada, anexa e integrante deste expediente;



**CONSIDERANDO** recentes notícias na mídia local e nacional da **prisão do Sr. Elton Felix Gobi Lira, consultor de investimentos** contratado pelo **RPPS** mencionado em investigação da **Polícia Civil do Pará** que o apontou como responsável por fraudes em Fundos de Previdência no Pará que chegam a mais de **20 milhões de reais** e citam ainda o referido município.

**RESOLVE:**

Autorizar a realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** e Instauração de **Tomada de Contas Especial** no **Instituto de Previdência do Município de Portel**, nos **exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre)**, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01 de agosto de 2017.

O presente Ato entra em vigor em 13 de agosto de 2017.

[i] Regime Próprio de Previdência Social

**Protocolo: 11796**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 38/2017/TCM-PA**

**EMENTA:** ~~Inspeção Extraordinária do Instituto de Previdência de Muaná. Exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre).~~

~~O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,~~

**CONSIDERANDO** ~~que a Inspeção é um instrumento de fiscalização utilizado pelo TCM-PA para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade de Atos específicos praticados pelos agentes Públicos (gestores de RPPS[i], Chefes do Poder Executivo e autoridades Administrativas), além da apuração da responsabilização por condutas comissivas ou omissivas danosas ao erário;~~

**CONSIDERANDO** ~~ainda que as Inspeções Extraordinárias são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração dos fatos dados como justificadores de sua efetivação, venho, nos termos do Inciso II do Art. 67 do RI/TCM-PA, apresentar "Proposta de deliberação" para realização de~~

~~**INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS dos Municípios de Portel, nos termos e condições da proposta detalhada, anexa e integrante deste expediente;~~

**CONSIDERANDO** ~~recentes notícias na mídia local e nacional da prisão do Sr. Elton Felix Gobi Lira, consultor de investimentos~~ contratado pelo **RPPS** mencionado em investigação da **Polícia Civil do Pará** que o apontou como responsável por fraudes em Fundos de Previdência no Pará que chegam a mais de **20 milhões de reais** e citam ainda o referido município.

**RESOLVE:**

Autorizar a realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** e Instauração de **Tomada de Contas Especial** no **Instituto de Previdência do Município de Muaná**, nos **exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre)**, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01 de agosto de 2017.

O presente Ato entra em vigor em 13 de agosto de 2017.

[i] Regime Próprio de Previdência Social

**Protocolo: 11797**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 39/2017/TCM-PA**

**EMENTA:** ~~Inspeção Extraordinária do Instituto de Previdência de Oeiras do Pará. Exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre).~~

~~O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,~~

**CONSIDERANDO** ~~que a Inspeção é um instrumento de fiscalização utilizado pelo TCM-PA para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade de Atos específicos praticados pelos agentes Públicos (gestores de RPPS[i], Chefes do Poder Executivo e autoridades Administrativas), além da apuração da responsabilização por condutas comissivas ou omissivas danosas ao erário;~~

**CONSIDERANDO** ~~ainda que as Inspeções Extraordinárias são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração~~